



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

SAMUEL FIALHO DA SILVA

**IMPACTOS GEOPOLÍTICOS E GEOECONÔMICOS DO BRICS NO
CONSÓRCIO NORDESTE: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVI-
MENTO E COOPERAÇÃO REGIONAL**

Campina Grande - PB

2025

SAMUEL FIALHO DA SILVA

**IMPACTOS GEOPOLÍTICOS E GEOECONÔMICOS DO BRICS NO
CONSÓRCIO NORDESTE: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVI-
MENTO E COOPERAÇÃO REGIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Banca Examinadora da Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador(a): Prof. Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo.

Campina Grande - PB

2025

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Sistema de Bibliotecas - SISTEMOTECA
Catalogação de Publicação na Fonte. UFCG - Biblioteca Central

S586i Silva, Samuel Fialho da.
Impactos geopolíticos e geoeconômicos do BRICS no Consórcio Nordeste: estratégias de desenvolvimento e cooperação regional / Samuel Fialho da Silva. – 2025.
30 f. : il. color.

Artigo (licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2025.
“Orientação: Prof. Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo”.
Referências.

1. Geopolítica e Desenvolvimento Regional. 2. BRICS. 3. Consórcio Nordeste. 4. Paradiplomacia. 5. Multipolaridade. I. Azevedo, Sérgio Luiz Malta de. II. Título.

UFCG/BC

CDU 911.3:32(04)

SAMUEL FIALHO DA SILVA

IMPACTOS GEOPOLÍTICOS E GEOECONÔMICOS DO BRICS NO CONSÓRCIO NORDESTE: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO REGIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em: 30 de setembro de 2025

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
gov.br SERGIO LUIZ MALTA DE AZEVEDO
Data: 04/10/2025 14:15:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo
(Orientador – UFCG)

Prof.^a Dra. Kátia Cristina Ribeiro Costa
(Membro Interno – UFCG)

Prof. Dr. Ranyére Silva Nóbrega
(Membro Interno – UFCG)

Campina Grande - PB

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me sustentado com saúde, discernimento e força ao longo de toda esta jornada acadêmica, permitindo-me concluir este trabalho com perseverança e fé.

Aos meus pais, José Joaquim da Silva e Cleide Oliveira Fialho, pelo apoio incondicional, pelos valores que me transmitiram e por sempre acreditarem no meu potencial, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Ao meu irmão, José Matheus Fialho da Silva, pelas incontáveis caronas à universidade e pela presença constante, cuja parceria sempre fez diferença nos meus dias.

Ao meu orientador Sérgio Luiz Malta de Azevedo, pela confiança, pelas orientações precisas e pela generosidade intelectual que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus amigos, eles sabem quem são, pela companhia, pelas conversas, pelas risadas e por estarem comigo em cada etapa, mesmo quando o caminho parecia mais difícil. Ao meu cachorro Chocolate, que está comigo desde o início do ensino médio e, mesmo já idoso, continua arisco, bagunceiro e cheio de vida. Sua presença foi um conforto silencioso e constante ao longo de toda essa caminhada.

A todo o corpo docente do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, pelo compromisso com a formação crítica e pela inspiração que cada um representa. E, por fim, gratidão a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho. Cada gesto de apoio, cada palavra de incentivo e cada construção coletiva de saber foram essenciais para tornar este momento realidade.

RESUMO

A recente expansão do BRICS e sua crescente influência internacional têm gerado reconfigurações geopolíticas e geoeconômicas que impactam diretamente as estratégias de desenvolvimento regional e as práticas de paradiplomacia de atores subnacionais. Este artigo analisa os efeitos dessas transformações sobre o Consórcio Nordeste, com foco nas perspectivas de cooperação regional e inserção internacional entre 2019 e 2025. Parte-se da hipótese de que a aproximação entre o Consórcio e o bloco emergente, especialmente por meio de investimentos e parcerias estratégicas, inaugura uma nova dinâmica subnacional no Brasil, com potencial para transformar a lógica histórica de dependência econômica do Nordeste em uma trajetória de cooperação estratégica, alinhada às suas particularidades políticas. A pesquisa, de natureza qualitativa, fundamenta-se em revisão bibliográfica integrativa, articulando produções acadêmicas e institucionais. A principal contribuição reside na conexão entre geopolítica global e governança regional, ampliando o debate sobre a contextualização do Nordeste brasileiro na configuração multipolar liderada pelo BRICS. Os resultados evidenciam o fortalecimento da articulação internacional do Consórcio, sobretudo via paradiplomacia e aproximação com países do BRICS, em especial a China, apontando para novas possibilidades de desenvolvimento regional viabilizadas por parcerias emergentes e investimentos multilaterais.

Palavras-chave: BRICS; Consórcio Nordeste; Paradiplomacia; Multipolaridade.

ABSTRACT

The recent expansion of the BRICS and its growing international influence have triggered geopolitical and geoeconomic shifts that directly affect regional development strategies and the paradiplomatic practices of subnational actors. This article examines the impacts of these transformations on the Northeast Consortium, focusing on regional cooperation and international engagement between 2019 and 2025. It is hypothesized that the Consortium's rapprochement with the emerging bloc, particularly through investments and strategic partnerships, initiates a new subnational dynamic in Brazil with the potential to transform the historical logic of economic dependence in the Northeast into a trajectory of strategic cooperation aligned with its political particularities. The qualitative research is based on an integrative literature review combining academic and institutional sources. The main contribution lies in connecting global geopolitics with regional governance, expanding the debate on the role of Brazil's Northeast within the multipolar configuration led by BRICS. The findings highlight the Consortium's strengthened international articulation, especially through paradiplomacy and engagement with BRICS countries, notably China, pointing to new possibilities for regional development made viable through emerging partnerships and multilateral investments.

Keywords: BRICS; Northeast Consortium; Paradiplomacy; Multipolarity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
3	METODOLOGIA	9
4	POLÍTICAS REGIONAIS E CONTEXTO NORDESTINO	15
	4.1 Paradiplomacia Subnacional	17
	4.2 Multipolaridade e Articulações com o Sul Global	18
	4.3 Investimentos do BRICS e o papel do NDB	21
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
7	REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

O termo BRIC foi mencionado pela primeira vez em 2001, na análise “Building Better Global Economic BRICs”, elaborada pelo economista da Goldman Sachs, Jim O’Neill. Inicialmente formado por Brasil, Rússia, Índia e China, o grupo ganhou destaque no mercado financeiro devido ao seu elevado potencial de absorção de investimentos, expresso por taxas significativas de crescimento econômico, amplo contingente populacional, vasto território e projeções de influência geopolítica no cenário internacional.

À margem da 61ª Assembleia Geral da ONU, realizada em setembro de 2006, ocorreu o primeiro encontro informal entre os ministros das Relações Exteriores dos quatro países, organizado pelo chanceler russo Sergey Lavrov. A partir dali, consolidou-se a coordenação diplomática do grupo (BRASIL, 2015). Na ocasião, emergiu uma pauta comum que se tornaria um dos principais objetivos da coalizão: a insatisfação com as instituições financeiras internacionais, especialmente o FMI e o Banco Mundial, devido à limitada representatividade das economias emergentes e à falta de participação efetiva em fóruns decisivos, como o G7 (STUENKEL, 2015).

A primeira Cúpula oficial foi realizada em 16 de junho de 2009, evidenciando o interesse em constituir um projeto de longo prazo, com foco na reforma das estruturas financeiras internacionais. Nos estágios iniciais, a cooperação concentrou-se em questões econômicas, buscando tornar tais instituições mais representativas. Com o tempo, o diálogo se expandiu para áreas como educação, saúde, ciência e defesa. Em 2011, durante a 3ª Cúpula, realizada na China, a África do Sul passou a integrar o grupo, ampliando sua representatividade geográfica e política ao incluir o continente africano. Assim, o termo BRICS, antes restrito ao universo financeiro, passou a carregar um significado político mais amplo, refletindo a aproximação geopolítica entre os membros da coalizão (REIS, 2013).

Ao longo das últimas duas décadas, o BRICS evoluiu de uma proposta analítica para uma coalizão política e econômica concreta. Em 2023, consolidou-se como um dos principais temas da política internacional, amplamente debatido pela mídia brasileira e estrangeira. O interesse foi impulsionado pela proposta de ampliação aprovada na 15ª Cúpula, realizada em Joanesburgo, África do Sul, que marcou uma nova fase na consolidação de uma configuração multipolar, capaz de redefinir os rumos da governança

global. A recente expansão do grupo, contudo, gerou intensos debates, conforme relatos de diplomatas entrevistados pela CNN (2023). No Brasil, o tema ganhou relevância na agenda internacional do governo Lula III, que busca reposicionar o país como liderança no Sul Global e reestabelecer vínculos estratégicos com países em desenvolvimento. Essa nova configuração amplia o escopo de atuação do bloco e abre possibilidades para o fortalecimento da inserção internacional do Brasil. Mesmo assim, como alerta Guimarães Neto (1999), a posição periférica do país no sistema internacional impõe limites estruturais à sua capacidade de influência, exigindo estratégias de articulação capazes de enfrentar as assimetrias históricas da ordem global.

Nesse contexto, destaca-se o papel de atores subnacionais, como o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste), criado em 2019 para articular iniciativas comuns voltadas ao desenvolvimento integrado da região. A entidade tem buscado expandir sua inserção internacional, dialogando com organismos multilaterais e explorando fontes alternativas de financiamento, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), vinculado ao BRICS. Entretanto, ainda são escassos os estudos que analisam de forma sistemática os efeitos dessa aproximação sobre o Nordeste.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos geopolíticos e geoeconômicos da atuação do BRICS sobre o Consórcio Nordeste, considerando as iniciativas de cooperação regional desenvolvidas desde sua criação. Parte-se do entendimento de que a inserção internacional de regiões brasileiras, por meio de consórcios e articulações intergovernamentais, configura uma nova dimensão da política externa contemporânea. Nesse campo, a paradiplomacia permite que atores subnacionais desempenhem papéis relevantes na arena internacional (MILANI; RIBEIRO, 2011). Para Rojas Aravena (2009), a paradiplomacia não apenas amplia os canais de cooperação internacional, mas também fortalece a capacidade de negociação de governos locais, permitindo que interesses regionais sejam projetados globalmente de forma mais autônoma e articulada.

Portanto, a pesquisa orienta-se pelos seguintes objetivos: avaliar as potencialidades institucionais da paradiplomacia nordestina; analisar as iniciativas conjunturais e estruturais do BRICS com impacto sobre a região; e identificar as modalidades de cooperação e investimento promovidas pelo NDB. A análise foi construída com base em autores clássicos e contemporâneos, articulada a uma abordagem crítica que valoriza a

autonomia dos atores subnacionais e busca compreender os mecanismos de enfrentamento das assimetrias regionais históricas. Esse encaminhamento permite conectar a dimensão global do BRICS às práticas regionais de governança e cooperação, oferecendo uma visão integrada entre geopolítica, geoeconomia e paradiplomacia no contexto do Nordeste brasileiro.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise deste trabalho parte de bases conceituais que sustentam o debate sobre a geopolítica global. Para Stuenkel (2015), o BRICS constitui um bloco heterogêneo que busca alterar o equilíbrio de poder internacional, promovendo uma transição gradual de paradigmas unilaterais para uma ordem multipolar. Essa dinâmica implica a criação de novos polos de influência e o rearranjo das estruturas de governança global, como também destaca Mearsheimer (2018).

Compreender como recursos financeiros, inclusive os provenientes de instituições multilaterais, moldam estratégias regionais é fundamental para articular poder e território. Lefebvre (1999) chama atenção para a dimensão material das interações políticas, defendendo que a dialética entre espaço e poder é central para entender decisões estratégicas. Nessa perspectiva, as políticas de cooperação regional no contexto multipolar se estruturam a partir de fatores combinados: a distribuição de recursos financeiros e a correlação de forças entre os atores envolvidos (NYE, 2017).

A teoria da multipolaridade, por sua vez, revela tensões e oportunidades emergentes. Reis (2013) ressalta que a ascensão do BRICS simboliza o fim da unipolaridade dos Estados Unidos, favorecendo conexões internacionais antes limitadas. A proposta de inclusão de novos atores regionais, como Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã, amplia o escopo de atuação do bloco e fortalece sua agenda de reformas. Contudo, Spellmann (2023) questiona se o chamado “BRICS Plus”, com tantos membros e perspectivas regionais distintas, poderá consolidar uma ordem alternativa ou se acabará gerando fragmentação. Waltz (2018) considera esse dilema crucial para compreender os desafios e oportunidades da expansão do bloco.

Essas transformações globais repercutem em territórios historicamente marginalizados, como o Nordeste brasileiro. Furtado (1970) argumenta que o subdesenvolvimento nordestino não é uma etapa transitória, mas uma forma estrutural de

organização econômica, marcada por desigualdades persistentes e pela concentração de renda. Bacelar (2014) reforça essa leitura ao apontar que o Nordeste possui diversidade territorial e produtiva que exige políticas diferenciadas, articuladas com estratégias de inserção internacional.

Embora a nova configuração global represente oportunidade para ampliar a inserção internacional de países periféricos, Prebisch (1981) adverte que o capitalismo periférico opera sob condicionantes estruturais que não se dissolvem apenas com a diversificação de parcerias. Para o autor, tais países reagem a choques externos por meio de arranjos institucionais adaptativos, mas continuam vulneráveis à lógica da dependência econômica.

No caso brasileiro, os estudos socioeconômicos oferecem leituras críticas sobre o Nordeste. Albuquerque Jr. (2011) mostra como a “invenção social” da região consolidou percepções históricas de subdesenvolvimento, reforçando a necessidade de políticas que superem estigmas territoriais. Prebisch (1981) defende a substituição de importações e a diversificação produtiva como caminhos para romper a dependência. Já Milani e Ribeiro (2011) destacam a paradiplomacia como instrumento de inserção internacional dos entes subnacionais, ampliando sua articulação com atores multilaterais. Em conjunto, esses autores fornecem subsídios para uma análise crítica dos impactos do BRICS sobre o Consórcio Nordeste, apontando alternativas para reconfigurar sua atuação internacional.

A perspectiva geoeconômica também contribui para ampliar a compreensão dos mecanismos de influência global. Thorstensen (2025) observa que a geoeconomia articula economia, direito e relações internacionais, evidenciando como Estados e instituições utilizam políticas comerciais, financeiras e tecnológicas como instrumentos de poder. Esses projetos se enquadram em estratégias de soft power, fortalecendo a influência do BRICS e criando redes de cooperação que alcançam inclusive escalas subnacionais. Assim, abre-se um diálogo fértil entre paradigmas realistas centrados no poder econômico e abordagens construtivistas, que ressaltam normas e ideias partilhadas entre os atores.

3 METODOLOGIA

Diante dos objetivos propostos, adotou-se uma abordagem qualitativa baseada na revisão bibliográfica integrativa, conforme delineada por Whitemore e Knafl (2005), e

amplamente utilizada por Souza (2018). Desse modo, em consonância com Ursi (2007) e Torracco (2005), essa técnica permite sintetizar resultados empíricos e teóricos, favorecendo a construção de conhecimento por meio da articulação entre diferentes tipos de evidência. No presente estudo, a revisão integrativa foi utilizada para compilar de forma sistemática produções acadêmicas e institucionais sobre o papel do BRICS no Nordeste, identificando padrões de atuação regional.

Com base em Gil (2021), a pesquisa seguiu quatro etapas: definição da questão de pesquisa, seleção de fontes, avaliação crítica e síntese dos achados. Para garantir representatividade no período de 2019 a 2025, foram utilizadas bases de dados como Scopus, Web of Science, SciELO, Google Acadêmico, Catálogo de Teses e Dissertações (CTD), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e repositórios institucionais de universidades. Também foram analisados documentos técnicos e relatórios oficiais produzidos pelo Consórcio Nordeste. Essa estratégia assegurou amplitude temática e rigor metodológico (FERREIRA; MOINHOS, 2022).

O critério de seleção priorizou trabalhos diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa, com foco em três eixos: mecanismos de financiamento multilateral, políticas de cooperação e inserção internacional do Nordeste e paradiplomacia subnacional. Pesquisas fora do recorte geográfico ou temporal foram excluídas. Além disso, considerou-se a relevância da triangulação metodológica como forma de validação e aprofundamento analítico, conforme defende Niglas (2004). Estudos recentes, como Leite (2021) e Dias (2024), mostram a aplicação prática dessa estratégia em pesquisas empíricas, reforçando sua pertinência.

A seguir, apresenta-se o Quadro 1 com os 17 trabalhos selecionados, fundamentais para a análise crítica e para a discussão dos achados sobre políticas regionais.

Quadro 1 – Trabalhos selecionados na revisão bibliográfica integrativa (2019–2025)

Autores e ano	Título	Tipo	Principais contribuições	Relevância para o estudo
FREIRE, L. L.; MARTINS, A.	O Novo BRICS no Comércio Internacional: Um Enfoque	Artigo técnico	Analisa a expansão do BRICS, destacando o peso econômico, e apresenta dados sobre comércio	Fornecer base empírica sobre relações comerciais do Nordeste com o BRICS, sustenta análise

D. O.; MARTINS, J. W. S. (2024)	no Brasil e no Nordeste		BRICS–Nordeste, e identifica setores estratégicos.	geoeconômica e contribui para avaliação da aproximação do Consórcio Nordeste com países membros.
SANTOS, R. R.; SOUZA, A. L. R. (2024)	O papel do Consórcio Nordeste para enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil: um estudo exploratório no contexto dos ODS	Artigo científico	Analisa estratégias do Consórcio Nordeste contra mudanças climáticas; destaca cooperação regional, ODS e inovação tecnológica.	Base sobre políticas sustentáveis e adaptação climática, ao qual nos permite avaliar ações regionais do Consórcio.
NASCIMENTO, Dmitri Felix; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda (2024)	As Relações entre o Consórcio Nordeste e a China	Artigo acadêmico	Estuda a internacionalização do Consórcio Nordeste com foco na China e na paradiplomacia em dois contextos políticos: Bolsonaro e Lula III.	Mostra o Consórcio como ator regional na economia internacional, fornecendo dados de investimentos e projetos.
BARROS, Renan Yamasaki Veiga de, 2024	Arranjos Federativos na Contemporaneidade: o Consórcio Nordeste e o Ordenamento Territorial Interestadual	Dissertação de Mestrado	Discute a relação entre desenvolvimento regional e novas institucionalidades; evidencia a influência de eventos recentes, como a pandemia de COVID-19, na redefinição de pactos federativos.	Analisa o surgimento do Consórcio Nordeste como arranjo político-territorial interestadual, como também investiga o impacto de consórcios públicos no federalismo brasileiro.
CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. 2019.	A atualidade e o ineditismo do Consórcio Nordeste.	Artigo acadêmico	Analisa a Lei 11.107/2005 e a institucionalização dos consórcios públicos, e discute os ativos regionais que favorecem o êxito do Consórcio Nordeste (identidade regional, crise política/econômica, lideranças articuladas).	Oferece base conceitual sobre os consórcios públicos, destaca a inovação política e institucional do Consórcio Nordeste e contribui para a análise da paradiplomacia e do papel regional de desenvolvimento multiescalar.
CONSÓRCIO NORDESTE, 2024	Relatório de Internacionalização do Consórcio Nordeste	Relatório técnico-científico, institucional	Analisa as relações políticas e econômicas do Consórcio com a China, destaca a paradiplomacia, os investimentos e o comércio exterior em dois períodos políticos.	Mostra o Consórcio como ator regional, traz dados e exemplos úteis para a análise geoeconômica e para a cooperação internacional.
BARBOSA, Artur Leonardo Gueiros, 2023	A atuação do Consórcio Nordeste à luz dos Objetivos de Desenvolvimento	Dissertação de Mestrado	Analisa o Consórcio Nordeste entre 2019 e 2021, relacionando suas ações aos ODS da ONU, com base no neoinstitucionalismo, process tracing e teoria do	Fornecer base teórica e empírica para analisar o CNE como ator institucional e regional, relaciona suas ações a políticas internacionais de desenvolvimento,

	Sustentável da ONU: uma análise institucional		desenvolvimento regional. Evidencia a cooperação intergovernamental e categoriza as principais iniciativas do Consórcio.	traz indicadores úteis para discutir a geopolítica e a cooperação internacional do Nordeste.
RIBEIRO FILHO, Carlos Alberto de Sousa, 2023	Cooperação Intergovernamental no Federalismo Brasileiro: o caso do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – CIDSNE (Consórcio Nordeste)	Dissertação de Mestrado	Estuda o Consórcio Nordeste como mecanismo de cooperação horizontal entre estados, abordando sua estrutura, funcionamento, políticas regionais e desafios legais, financeiros e políticos.	Oferece compreensão detalhada sobre arranjos intergovernamentais e desenvolvimento regional no Nordeste, fornecendo base para estudos sobre cooperação federativa e políticas públicas integradas.
DIAS, Kelvin Araújo da Nóbrega, 2024	Paradiplomacia em Tempos de Crise: A Política Externa do Consórcio Nordeste na Pandemia de COVID-19 (2019-2022)	Dissertação de Mestrado	Esta dissertação analisa o Consórcio Nordeste como um ator paradiplomático, examinando a atuação do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus (CNE) e seu alinhamento com as recomendações da OMS.	O estudo contribui para compreender a paradiplomacia subnacional no Brasil, evidenciando o papel dos estados em políticas externas durante crises sanitárias e oferecendo referência para pesquisas sobre cooperação interestadual e gestão internacional em emergências.
LEITE, Héber Tiburtino, 2021	Contemporaneidade e Federalismo de Cooperação Mediante a Formalização de Consórcios Públicos - Análise da Atuação Internacional do Consórcio Nordeste em Busca do Desenvolvimento Regional	Dissertação de Mestrado	O estudo investiga o federalismo cooperativo no Brasil, o papel dos Consórcios Públicos conforme a Lei 11.107/2005 e o Decreto 6.170/2007, além de explorar a atuação internacional do consórcio, incluindo a resposta à pandemia de COVID-19 por meio de cooperação e paradiplomacia.	O trabalho contribui para o estudo do federalismo cooperativo ao analisar a gestão consorciada e a atuação internacional de entes subnacionais no desenvolvimento regional. Também aprofunda o papel dos consórcios públicos na governança territorial e na oferta de serviços essenciais.
SILVA, Jaqueline Vitória Santana, 2022	A Cisão da Conjuntura Paradiplomática Brasileira durante o Governo Bolsonaro: O Caso do Consórcio Nordeste (2019–2021)	TCC	Analisa a atuação do Consórcio Nordeste frente ao governo Bolsonaro, evidenciando uma “paradiplomacia de confronto” e destacando a atuação subnacional em contexto de crise e pandemia.	Fornecer contexto histórico e político sobre a paradiplomacia brasileira, especialmente sobre a atuação de consórcios subnacionais durante governos centralizadores, servindo de referência para compreender tensões federativas e estratégias de diplomacia paralela.

ALVES, Maria Rafaela Araújo, 2022	A Internacionalização do Consórcio Nordeste como Alternativa às Assimetrias Regionais Brasileiras	TCC	Examina a paradiplomacia do Consórcio Nordeste como instrumento de combate às desigualdades regionais, articulando sua atuação às teorias de interdependência complexa, desigualdade estrutural e desenvolvimento regional, sob uma abordagem histórico-estrutural periférica.	Apresenta fundamentos teóricos e empíricos sobre a paradiplomacia subnacional como resposta às desigualdades regionais, destacando como os estados nordestinos buscam reduzir a dependência econômica e política frente ao governo federal.
CONSÓRCIO NORDESTE, 2025	Cinco anos de Consórcio Nordeste: Uma revolução territorial e política	Relatório institucional	Aborda a evolução institucional do Consórcio Nordeste, suas principais iniciativas multissetoriais e a consolidação de práticas colaborativas entre os estados da região.	Analisa a integração dos estados nordestinos por meio de políticas públicas interestaduais e estratégias de desenvolvimento regional, com foco na governança federativa e no planejamento estratégico do Consórcio.
NAGAHAMA, Renato Hiroshi Xavier, 2022	A figura do consórcio público no ordenamento jurídico brasileiro: leitura da dinâmica entre o Consórcio Nordeste e investimentos chineses na infraestrutura nordestina	Dissertação de Mestrado	Analisa o intuito dos consórcios públicos no Brasil, focando no Consórcio Nordeste, e relaciona investimentos chineses com o desenvolvimento socioeconômico da região.	Fornecer base jurídica, econômica e institucional para compreender a atuação do Consórcio Nordeste e sua relação com investimentos estrangeiros; essencial para contextualizar o desenvolvimento regional e a captação de investimentos na pesquisa.
CAVALCANTE, João Pedro Martins, 2024	O Consórcio Nordeste nos governos Bolsonaro e Lula: uma análise da paradiplomacia de resistência	TCC	Analisa a continuidade ou mudança de postura entre governos distintos; aplica análise documental e de discurso e contextualiza a identidade política nordestina.	Serve como estudo de caso principal sobre a paradiplomacia subnacional, mostrando como fatores culturais e históricos influenciam a atuação do Consórcio Nordeste frente ao governo federal.
MEDEIROS, Fernando Conde, 2022	Desafios da cooperação interestadual no federalismo brasileiro: o consórcio de desenvolvimento sustentável do Nordeste	Dissertação de Mestrado	Analisa motivações para criação do Consórcio Interestadual do Nordeste, modelo de governança implementado, cooperação e autonomia entre estados, utiliza análise documental e entrevistas semiestruturadas, apresentando dimensões analíticas.	Visa principalmente a cooperação interestadual, relevante para entender o papel do Consórcio Nordeste na coordenação de políticas públicas e redução de desigualdades, útil para estudos de federalismo e governança pública.

CARNEIRO, Felipe Sam- paio, 2025	Federalismo e regionalismo brasileiro: uma análise do Consórcio Nordeste	Tese de Doutorado	Utiliza o regionalismo nordestino como referencial teórico para analisar a crise política recente como fator constitutivo da crise federativa e da criação do Consórcio Nordeste, explorando a relação entre federalismo, regionalismo e cooperação interestadual.	Fornece análise inédita do Consórcio Nordeste sob a perspectiva do regionalismo, contribuindo para a compreensão da articulação entre estados no Brasil, valorizando as dinâmicas federativas dos consórcios públicos.
---	--	-------------------	--	--

Fonte: Elaborado por Samuel Fialho da Silva, 2025.

Descrevendo o contexto dos trabalhos selecionados, observa-se que eles refletem o panorama político e institucional marcado por profundas transformações entre os anos de 2019 e 2025. Esse intervalo temporal coincide com a criação e consolidação do Consórcio Nordeste como um arranjo interestadual de cooperação, surgido em resposta às limitações do federalismo tradicional e às tensões federativas intensificadas durante o governo Bolsonaro, como apontam Clementino (2019), Silva (2022) e Cavalcante (2024). A pandemia de COVID-19 intensificou esse cenário, revelando a capacidade de articulação regional frente às crises sanitárias e à ausência de coordenação nacional, conforme discutido por Dias (2024) e Leite (2021), que destacam o protagonismo do Consórcio na formulação de estratégias autônomas e na mobilização de saberes científicos por meio do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus.

Com base nessa conjuntura, os trabalhos se organizam em três grandes eixos analíticos. O primeiro trata da paradiplomacia e inserção internacional, evidenciada nas relações com a China e nos investimentos estrangeiros, como mostram Nascimento e Clementino (2024) e Nagahama (2022). Esses autores demonstram que o Consórcio Nordeste atua como agente subnacional estratégico, alinhando-se às tendências de diplomacia descentralizada descritas por Fulgenzi (2025), que destaca o papel das autoridades subnacionais como protagonistas na busca por paz, segurança e desenvolvimento sustentável, em consonância com os objetivos da Agenda 2030 da ONU. O segundo eixo aborda o federalismo cooperativo e a governança regional, com destaque para os consórcios públicos como instrumentos jurídicos e políticos de integração entre estados, conforme discutido por Ribeiro Filho (2023) e Carneiro (2025), em diálogo com os marcos legais da Lei 11.107/2005 e do Decreto 6.170/2007, como já apontado por Leite (2021). O terceiro eixo envolve sustentabilidade e políticas públicas multiescalares, com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como explorado por Santos

e Souza (2024) e Barbosa (2023), que evidenciam a importância da cooperação regional para enfrentar os desafios climáticos e promover inovação institucional.

Essa abordagem se mostrou relevante em pesquisas qualitativas voltadas para fenômenos complexos e multiescalares, como a atuação de consórcios públicos em contextos de crise e internacionalização. A diversidade de enfoques e métodos presentes nos trabalhos selecionados, oferece uma base sólida para a análise crítica desenvolvida nas seções seguintes. Como sugere Carneiro (2025) ao analisar o Consórcio sob a perspectiva do regionalismo brasileiro e sua articulação federativa.

4 POLÍTICAS REGIONAIS E CONTEXTO NORDESTINO

O Nordeste brasileiro apresenta forte heterogeneidade territorial, que se expressa em diferenças socioeconômicas, culturais e ambientais. Essa diversidade reflete tanto a concentração histórica de desigualdades quanto os esforços de integração regional realizados ao longo das últimas décadas (BACELAR, 2014). Ao mesmo tempo, a região abriga potencialidades estratégicas, como energias renováveis, biodiversidade e cadeias produtivas com vocação para a exportação, que podem ser fortalecidas por políticas de cooperação internacional.¹

Nesse cenário, o Consórcio Nordeste desponta como uma instância estratégica de cooperação intergovernamental, articulando políticas públicas de forma integrada entre os estados da região. Composto pelos nove estados da região (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), o Consórcio atua como uma plataforma jurídica, política e econômica voltada à integração regional. Entre seus principais objetivos estão a modernização da infraestrutura sustentável, a promoção do bem-estar social, a atração de investimentos e a realização de compras coletivas para ampliar a eficiência administrativa regional.

Porém, mesmo diante dessas iniciativas, o Consórcio Nordeste ainda enfrenta obstáculos significativos, como desigualdade social, vulnerabilidade hídrica e baixa densidade de infraestrutura, conforme apontam dados do PPA 2020–2023 (IPEA, 2021).

¹ Sobre os impactos socioambientais de projetos de energia renovável no Nordeste, ver BARBOSA, A. L. G. A atuação do Consórcio Nordeste à luz dos ODS da ONU. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), UFPE, 2023.

A crise fiscal e a instabilidade política nacional reforçam a necessidade de fontes alternativas de financiamento, ampliando o interesse por parcerias internacionais, sobretudo com o BRICS, cujos mecanismos multilaterais oferecem crédito menos condicionado a políticas de austeridade. Tais dinâmicas corroboram a perspectiva de Carneiro (2025), segundo a qual a crise política e econômica intensifica o regionalismo nordestino, tornando o Consórcio uma expressão contemporânea de articulação subnacional frente aos desafios federativos. Ao mesmo tempo, evidencia-se a existência de vulnerabilidades institucionais, como disparidades orçamentárias e fragilidade na governança colegiada (SILVA, 2023).

Nesse sentido, como argumenta Furtado (1970, p. 45), “o subdesenvolvimento estrutural do Nordeste não é apenas um fenômeno econômico, mas também social e cultural”, reforçando a necessidade de políticas integradas que combinem inovação, cooperação e justiça territorial. Esses desafios institucionais internos incluem falta de governança colegiada, disparidades orçamentárias entre estados e divergências programáticas.

Ademais, o Nordeste brasileiro apresenta desigualdades históricas que não se limitam a indicadores econômicos, mas permeiam a estrutura social e cultural da região. Como enfatiza Furtado (1970), ao destacarmos a amplitude de estratégias conjunturais, o subdesenvolvimento não deve ser entendido apenas como ausência de riqueza, mas como uma condição estrutural, em que as potencialidades locais são subordinadas a centros decisórios externos. Ressaltando nessa questão das perspectivas identificadas na sociedade, a necessidade de políticas regionais que combinem investimentos estruturais e valorização de recursos endógenos, estratégia que o Consórcio Nordeste busca operacionalizar principalmente por meio de projetos integrados em energia e infraestrutura hídrica.

Diante do exposto, o Nordeste configura-se como espaço de experimentação de novas modalidades de governança subnacional em um mundo multipolar, onde atores não estatais e esferas subnacionais ganham relevo. Em contrapartida, cabe ressaltar riscos de aumento de assimetrias, caso as capacidades de absorção tecnológica e de gestão territorial não sejam fortalecidas concomitantemente às parcerias externas.

4.1 PARADIPLOMACIA SUBNACIONAL

A paradiplomacia subnacional se apresenta como instrumento de inserção internacional e geração de fluxos econômicos e de conhecimento (Hocking, 1999), e no caso do Consórcio Nordeste isso se materializa na criação de Núcleos de Relações Internacionais em cada estado, que prospectam oportunidades junto a câmaras de comércio e governos do BRICS (Fonseca, 2022). Esse movimento dialoga com as perspectivas de autores como Barros (2024), segundo o qual regiões historicamente marginalizadas podem transformar crises em oportunidades de fortalecimento institucional e inovação territorial, desde que sejam asseguradas a capacidade técnica e a transparência administrativa. Como explicar tal fenômeno? Em tempos de crise na legitimidade da atuação federal, abre-se espaço para que governadores assumam protagonismo externo, buscando legitimação internacional. Em segundo lugar, a ênfase do BRICS na “cooperação Sul-Sul” oferece um discurso atraente para regiões historicamente marginalizadas. Em contrapartida, SANTOS (2022) alerta para o risco de captura política dessas iniciativas, caso não haja responsabilidade e clareza de planejamento nos processos de seleção de projetos.

Não obstante, há evidências de que tais parcerias já se traduziram em projetos-piloto, como a instalação de usinas fotovoltaicas em Sergipe financiadas pelo NDB, o que reforça a ideia de que a paradiplomacia subnacional pode gerar ganhos concretos de desenvolvimento. Entendida como a atuação internacional de governos locais em busca de cooperação técnica, econômica e científica, a paradiplomacia permite que estados e municípios ampliem sua capacidade de ação frente a desafios globais, conforme discutem Dias (2024) e Clementino (2019). Além dos efeitos materiais, pesquisadores apontam para ganhos simbólicos: o fortalecimento de uma identidade nordestina voltada à inovação sustentável, capaz de atrair talentos e investimentos de países do Sul Global. Essa dimensão simbólica, segundo Nascimento e Clementino (2024), contribui para reposicionar a região no cenário internacional, articulando desenvolvimento com protagonismo político.

Conforme Milton Santos, “Território e dinheiro se correlacionam. Primeiro, o território rege o dinheiro. Após, e progressivamente, a relação se inverte, o dinheiro rege o território” (SANTOS, 1999, p. 13). Essa inversão revela um cenário em que o capital

financeiro global passa a ditar as dinâmicas espaciais, selecionando territórios conforme sua rentabilidade e conectividade. Nesse contexto, a ausência de mecanismos institucionais de governança territorial e de capacitação técnica local pode transformar os fluxos internacionais de investimento em vetores de aprofundamento das desigualdades, favorecendo entes federativos mais estruturados e marginalizando os menos preparados. O desafio, portanto, é construir políticas que articulem o território como agente ativo do desenvolvimento, e não apenas como receptáculo passivo do capital.

Em vista disso, cabe ressaltar que a eficácia dessas redes depende de fatores internos: capacitação técnica, estabilidade jurídica e governança transparente. De outro modo, as parcerias podem se limitar a iniciativas pontuais, sem escala ou impacto sistêmico, e reforçar desigualdades intrarregionais, caso somente estados com melhor estrutura administrativa se beneficiem. Nesse contexto, é importante considerar a observação de Martin (1993) sobre a distribuição geográfica do poder político no Brasil.

[...] vale sublinhar que, os principais estados de nossa Federação, encontram-se todos na mesma região – o Sudeste – o que faz a "questão regional" imbricar-se com a "questão federativa" (MARTIN, 1993, p. 182).

Essa constatação evidencia que os desequilíbrios regionais não são apenas econômicos, mas também políticos e institucionais. A concentração de poder no Sudeste reforça a necessidade de articulações como o Consórcio Nordeste, que buscam reequilibrar a federação por meio de estratégias de cooperação e atuação conjunta. À luz dessas considerações, conclui-se que a paradiplomacia subnacional é um instrumento relevante para conectar o Consórcio Nordeste ao BRICS, mas que carece de aprimoramento institucional para se transformar em vetor de desenvolvimento sustentável e equitativo.

4.2 MULTIPOLARIDADE E ARTICULAÇÕES COM O SUL GLOBAL

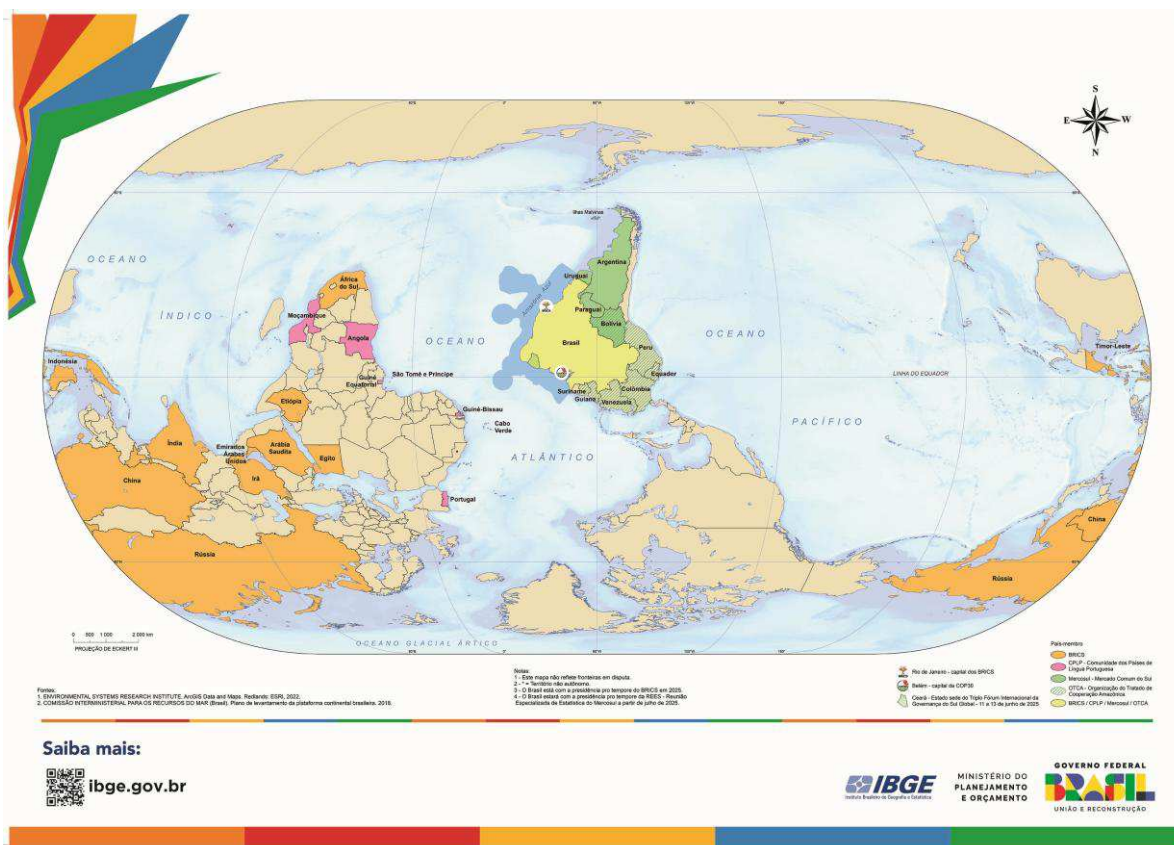
Em consonância com a literatura sobre ordem mundial multipolar (Acharya, 2019), o fortalecimento do BRICS inaugura um espaço estratégico de interação internacional, no qual potências emergentes começam a moldar a dinâmica global. Sob essa perspectiva, o Consórcio Nordeste busca se inserir nessa nova geopolítica, estabelecendo canais diretos de diálogo com representantes do bloco em fóruns como a

Cúpula de Líderes do BRICS, realizada em outubro de 2024, em Kazan, Rússia, e em encontros bilaterais no âmbito do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB).

A partir dessa articulação, grupos de trabalho formados por técnicos dos estados nordestinos e representantes do BRICS discutem protocolos de cooperação em energia, água e tecnologia da informação. Por outro lado, estudiosos apontam que a adoção de um discurso “pragmático” por parte do Consórcio, focado em resultados concretos, facilita a aproximação, em contraste com abordagens ideológicas que, por vezes, inviabilizam acordos. Nesse sentido, a multipolaridade favorece a diversificação de parcerias e termos de cooperação, ampliando as possibilidades de atuação dos atores subnacionais, que historicamente enfrentaram barreiras para participar de decisões estratégicas.

A Figura 1, a seguir, ilustra essa perspectiva geopolítica por meio de um mapa-múndi invertido, com o Brasil centralizado e destaque para os países do BRICS, reforçando a ideia de reposicionamento estratégico no cenário internacional.

Figura 1 – Mapa-múndi invertido, Brasil centralizado e destaque para os países do BRICS



Esta representação do Brasil como centro no mapa, ainda mais como então presidente do BRICS em 2025, evidencia não apenas um reposicionamento geopolítico do país, mas também a emergência do Sul Global como ator estratégico no cenário internacional, transformando e compreendendo as relações tradicionais Norte-Sul e criando oportunidades para regiões historicamente periféricas, como o Nordeste. De acordo com Prebisch (1949) e Furtado (1970), essa dinâmica amplia a percepção de que entes subnacionais podem atuar como pontes entre agendas locais e fluxos globais de investimentos e tecnologia, reforçando a relevância de iniciativas de paradiplomacia e de cooperação regional.

Além disso, a configuração multipolar permite que o Consórcio Nordeste explore canais de diplomacia econômica e científica com múltiplos parceiros simultaneamente, reduzindo a dependência de atores tradicionais e criando mecanismos de negociação mais equilibrados. Essa abordagem é compatível com a ideia de Araújo e Santos (2020), segundo a qual o desenvolvimento regional exige articulação entre recursos endógenos e parcerias estratégicas externas, possibilitando que projetos de infraestrutura, inovação e energias renováveis ganhem escala e maior impacto social.

Desse modo, a centralidade do Brasil no contexto do BRICS também impõe desafios, como a necessidade de coordenação política interna e de capacidade técnica para absorver tecnologia e investimentos de forma eficaz. Conforme Silva (2019), sem planejamento e governança adequados, há risco de reforço de desigualdades intrarregionais e de captura de benefícios por estados mais estruturados. Nesse sentido, a multipolaridade oferece oportunidades de protagonismo, mas exige estratégias de gestão integrada e governança compartilhada para que o Nordeste maximize ganhos econômicos, sociais e tecnológicos, e possa consolidar-se como polo estratégico no Sul Global.

Em vista disso, é preciso considerar o papel das agências de fomento estaduais e a atuação de redes de cidades maduras, como Fortaleza e Recife, que têm liderado iniciativas de atração de investimentos estrangeiros. Tais atores dialogam diretamente com importantes escritórios de representação chineses e indianos, cada vez mais disputados por seus projetos inovadores, sobretudo no que se refere as redes de cooperação técnica e acadêmica, conforme evidenciam relatórios da Apex-Brasil (2025). Diante disso, conclui-se que a multipolaridade, ao mesmo tempo em que amplia oportunidades, exige estratégias proativas de governança e capacidade técnica para que o

Consórcio Nordeste maximize os benefícios sem reproduzir lógicas de dependência econômica.

4.3 INVESTIMENTOS DO BRICS E O PAPEL DO NDB

Segundo o Ministério das Relações Exteriores (2015), a cooperação financeira entre os países do BRICS levou à criação, em 2014, do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR). O NDB foi concebido para enfrentar a escassez global de recursos voltados ao financiamento de projetos de infraestrutura, enquanto o ACR tem como finalidade assegurar liquidez aos países-associados em momentos de crise na balança de pagamentos.

A estrutura de funcionamento do NDB baseia-se na distribuição equitativa de ações entre os países-membros, garantindo participação igualitária nas decisões e no capital da instituição. Sua governança é composta por um Conselho de Governadores, formado pelos Ministros das Finanças, e por um Conselho de Diretores, responsável pela supervisão das operações cotidianas. Destaca-se, ainda, o uso combinado de moedas locais e internacionais no financiamento de projetos, o que contribui para reduzir a dependência do dólar americano. Além disso, o banco prioriza iniciativas que promovem a sustentabilidade ambiental e social, alinhando-se a práticas de desenvolvimento responsável.

De acordo com dados do NDB (2023), o banco aprovou linhas de crédito de US\$ 500 milhões para projetos no Nordeste, concentrados em energia solar e dessalinização, 65% dos recursos foram destinados a cinco grandes obras, e o restante, financia microprojetos em cooperação com universidades estaduais. Como aponta Farias (2021), tais iniciativas podem reduzir assimetrias regionais desde que ampliadas a todos os estados.

Mediante esse cenário, os mapas de fluxo financeiro indicam que Pernambuco e Ceará foram os principais beneficiários, recebendo 55% dos recursos totais. Entretanto, há um hiato entre investimentos e inserção local de tecnologias, sugerindo a necessidade de políticas complementares de formação profissional e incentivos à inovação. Ademais, estudos de caso em Alagoas mostram que obras hídricas, ainda que essenciais, enfrentam entraves de licenciamento ambiental e conflitos fundiários.

(...). A ênfase exagerada na competência concorrente, que se expressa em áreas hoje muito sensíveis de políticas públicas – meio ambiente, habitação, saneamento, pobreza e marginalidade social, por exemplo –, pode ficar ao sabor das eternas disputas entre governos, gerando um adiamento ou uma grave omissão quanto à necessidade do imediato enfrentamento dessas questões. (SOUZA, 1998, p. 58 apud CLEMENTINO, 2019, p. 166).

Cabe ressaltar nessa relação de políticas regionais de desenvolvimento, o engajamento que o NDB tem promovido workshops conjuntos com o Consórcio Nordeste, voltados principalmente à capacitação de equipes técnicas e elaboração de projetos. Em alinhamento com Farias (2021), iniciativas como essas, ao valorizarem as especificidades do arranjo institucional, apresentam potencial para reduzir assimetrias regionais, desde que sejam ampliadas para os estados ainda não contemplados e observem de forma planejada a sustentabilidade financeira de longo prazo e a inclusão social dos projetos. Ao priorizarem critérios como sustentabilidade e transferência tecnológica, tais ações se aproximam dos princípios de desenvolvimento regional que, segundo Bacelar (2014), exigem articulação simultânea entre investimento público, inovação e capacitação local.

Essa abordagem caracteriza a importância de políticas complementares voltadas à formação profissional e aos incentivos à inovação. Essa experiência com o NDB fortalece a percepção de que o Consórcio Nordeste atua não apenas como demandante de crédito, mas como parceiro estratégico na governança e na promoção da inovação.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tensão crescente no pacto federativo brasileiro, intensificada a partir de 2019, impulsionou iniciativas de cooperação horizontal entre os estados. Diante da redução de interlocução com instâncias centrais, o Consórcio Nordeste buscou ampliar sua capacidade de ação por meio de articulações institucionais e estratégias de paradiplomacia. Assim, a articulação internacional por meio da paradiplomacia ganhou relevância, especialmente com o estreitamento de vínculos com o BRICS, juntamente com o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e a intensificação das relações com países que, progressivamente, se candidatam e são incorporados ao bloco, configurando uma estratégia de inserção geopolítica que transcende os limites da política doméstica.

Observando-se a triangulação entre relatórios técnicos, documentos oficiais e

literatura especializada, constata-se o fortalecimento da articulação internacional do Consórcio Nordeste por meio da paradiplomacia. Essa atuação é interpretada por Dias (2024) como uma resposta à inércia do governo federal durante a pandemia, evidenciando a capacidade dos entes subnacionais de estabelecer relações diretas com organismos internacionais e empresas estrangeiras.

Diante desse cenário, destaca-se o encontro realizado entre representantes do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), em Xangai, como parte da estratégia de captação de recursos voltados aos Fundos de Desenvolvimento Regional. Embora conduzida pelo MIDR, a iniciativa está alinhada às demandas previamente articuladas por esse instrumento intergovernamental, que tem atuado como catalisador de projetos estruturantes em áreas como infraestrutura, logística e transição energética. A atual presidência do NDB por Dilma Rousseff representa, nesse sentido, uma oportunidade política relevante para o fortalecimento da cooperação com o Nordeste, ampliando as possibilidades de financiamento e interlocução institucional. Na ocasião, foi apresentada uma carteira de projetos a serem financiados por meio de um empréstimo de US\$ 500 milhões (R\$ 2,7 bilhões) do organismo multilateral, além da discussão de requisitos técnicos para novas linhas de crédito vinculadas ao Novo PAC e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).²

Em alinhamento com os estudos de Nascimento e Clementino (2024), verificou-se que as parcerias estratégicas da organização institucional, especialmente com a China, geraram novos modelos de governança compartilhada, como comitês técnicos binacionais e centros de inovação conjunta. Sob tal perspectiva, esses arranjos funcionam como instrumentos de aprendizado institucional, aprimorando a capacidade do Consórcio de formular e implementar projetos de alto impacto. Essa lógica se aproxima da concepção de “paradiplomacia econômica” defendida por Acharya (2019), na qual atores subnacionais ampliam sua autonomia estratégica por meio de redes internacionais de cooperação.

Não obstante, a análise crítica evidencia desafios estruturais: ausência de

² Ver: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Parceria com Banco do BRICS mira R\$ 2,7 bilhões para infraestrutura e logística. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/parceria-com-banco-do-brics-mira-r-2-7-bilhoes-para-infraestrutura-e-logistica>. Acesso em: 15 ago. 2025.

mecanismos robustos de avaliação de impacto social, riscos de endividamento e dependência tecnológica. Em vista disso, adota-se a visão crítica de Santos (2022), que ressalta a importância de cláusulas de transferência de know-how e normas ambientais mais rígidas como condição para garantir a sustentabilidade dos projetos financiados. Outrossim, a aproximação com o NDB e demais agências do BRICS impulsionou a diplomacia científica, com projetos de pesquisa em agronegócio irrigado em parceria com universidades chinesas. Conforme destacado por Nascimento e Clementino (2024), tais iniciativas podem reduzir a vulnerabilidade climática da região, desde que acompanhadas por investimentos expressivos em qualificação técnica e infraestrutura tecnológica.

Diante do conjunto de evidências apresentadas, conclui-se que a cooperação com o BRICS abre espaço para a superação gradual das lógicas históricas de dependência econômica, ampliando a autonomia estratégica do Consórcio Nordeste. Apesar disso, será fundamental fortalecer a governança interna e os instrumentos de monitoramento para consolidar esses ganhos de forma equitativa, como sugerem os estudos de Dias (2024) sobre os limites da paradiplomacia e os riscos de captura por lógicas mercantilistas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o artigo demonstrou que os impactos geopolíticos e geoeconômicos do BRICS sobre o Consórcio Nordeste são significativos. Eles se traduzem em aumento substancial de investimentos multilaterais e em novas formas de governança subnacional. Assim, verificou-se indícios de que a aproximação com o bloco emergente inaugura uma dinâmica inovadora de atuação internacional subnacional, ainda que persistam desafios quanto à distribuição equitativa dos benefícios.

O fortalecimento da paradiplomacia e a diversificação de parceiros internacionais ampliam as possibilidades de desenvolvimento regional sustentável, com potencial para reduzir dependências históricas. Por outro lado, a experiência revela a urgência de aprimorar mecanismos de governança, transparência e avaliação de impacto social. Tais medidas são fundamentais para evitar riscos de endividamento e captura política.

Além disso, este estudo contribui ao articular os debates entre multipolaridade global e governança regional, oferecendo subsídios relevantes para gestores públicos, pesquisadores e estudantes interessados na atuação de entes subnacionais em dinâmicas

multipolares em ascensão. Para avançar, propõe-se a realização de pesquisas futuras que incluam estudos empíricos complementares, capazes de proporcionar uma compreensão aprofundada dos impactos geopolíticos e geoeconômicos dessa parceria na dinâmica regional nordestina.

Por fim, enfatiza-se o caráter prospectivo do trabalho: ao mapear oportunidades e vulnerabilidades, identificaram-se perspectivas políticas para que o Consórcio Nordeste maximize os ganhos advindos da cooperação com o BRICS. Assim, a região poderá contribuir para uma agenda de desenvolvimento mais equitativa, sustentável e resiliente.

7 REFERÊNCIAS

ACHARYA, A. **O fim da ordem mundial americana**. Cambridge: Polity, 2019.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Maria Rafaela Araújo. **A internacionalização do Consórcio Nordeste como alternativa às assimetrias regionais brasileiras**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Sergipe, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Relações Internacionais, São Cristóvão, 2022.

APEXBRASIL. **ApexBrasil lança Perfil de Comércio e Investimentos para o BRICS em Ano de Presidência Brasileira**. Brasília, 24 fev. 2025.

ARAÚJO, T. B.; SANTOS, V. M. **Desigualdades regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil**. In: SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (Org.). **Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações)**. v. 1 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020. p. 329–355. (Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection). ISBN: 978-65-86221-08-4. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786586221695.0018>

BACELAR, Tânia. **Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas**. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 540–560. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14600/1/Um%20olhar%20territorial-Nordeste_desenvolvimento%20recente%20e%20perspectivascap.%202019_P_BD.pdf Acesso em: 19 jul. 2025.

BARBOSA, Artur Leonardo Gueiros. **A atuação do Consórcio Nordeste à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU: uma análise institucional**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2023.

BARROS, Renan Yamasaki Veiga de. **Arranjos federativos na contemporaneidade: o Consórcio Nordeste e o ordenamento territorial interestadual**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Câmpus de Rio Claro, Rio Claro, 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório anual de cooperação internacional**. Brasília: MRE, 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Cúpula de Líderes do BRICS**. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cupulas-dobrics/brics-2024/cupula-de-lideres-do-brics> Acesso em: 10 ago. 2025.

BRICS. **IBGE lança mapa-múndi invertido em celebração à presidência brasileira do BRICS**. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/noticias/ibge-lanca-mapa-mundi-invertido-em-celebracao-a-presidencia-brasileira-do-brics> Acesso em: 13 jul. 2025.

CARNEIRO, Felipe Sampaio. **Federalismo e regionalismo brasileiro: uma análise do Consórcio Nordeste**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2025.

CAVALCANTE, João Pedro Martins. **O Consórcio Nordeste nos governos Bolsonaro e Lula: uma análise da paradiplomacia de resistência**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Relações Internacionais, João Pessoa, 2024.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **A atualidade e o ineditismo do Consórcio Nordeste**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, n. 21, p. 165–171, jul./dez. 2019. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

CNN BRASIL. **Expansão dos Brics esvazia posição do Brasil, diz ex-embaixador**. [S.l.]: YouTube, 27 ago. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Mui_SnVh2Bg Acesso em: 22 ago. 2025.

CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE. **Cinco anos de Consórcio Nordeste: uma revolução territorial e política**. [S.l.]: Consórcio Nordeste, 2025. Relatório institucional.

CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE. **Ciência, tecnologia e inovação para alguns dos principais desafios do Nordeste** [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Fapeal, 2024. 98 p. Il. color. ISBN 978-85-89619-61-5. Disponível em: <https://www.fapeal.br/wp-content/uploads/2024/03/e-book-Ciencia-Tecnologia-e-Inovacao-para-alguns-dos-principais-desafios-do-Nordeste-Consorcio-Nordeste.pdf> Acesso em: 20 ago. 2025.

DIAS, Kelvin Araújo da Nóbrega. **Paradiplomacia em tempos de crise: a política externa do Consórcio Nordeste na pandemia de COVID-19 (2019–2022)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de

Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, João Pessoa, 2024.

FARIAS, P. N. **Cooperação Sul-Sul e desenvolvimento regional**. Revista Geopolítica, v. 5, n. 3, p. 102–121, 2021.

FERREIRA, C.; MOINHOS, R. **Fontes de financiamento alternativo: casos do NDB**. Revista Brasileira de Estudos Regionais, v. 48, n. 2, p. 45–62, 2022.

FREIRE, Laura Lúcia Ramos; MARTINS, Allisson David de Oliveira; MARTINS, José Wilker de Sousa. **O novo BRICS no comércio internacional: um enfoque no Brasil e no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2024. (Informe ETENE, ano IX, n. 2). Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1988/1/2024_INET_02.pdf Acesso em: 20 ago. 2025.

FONSECA, R. C. **A paradiplomacia dos estados brasileiros**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2022.

FULGENZI, Matteo. **Autoridades subnacionais como principais atores globais: diplomacia glocal em busca da paz e segurança mundial sob a ótica da visão e dos objetivos da Agenda 2030 da ONU**. Universidade de Verona, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.6092/issn.2724-6299/20344> Acesso em: 21 jul. 2025.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

GIL, Antonio Carlos. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. Ebook.

GUIMARÃES NETO, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Contraponto, 1999.

HOCKING, B. **Localizando a política externa: governos não centrais em assuntos globais**. Aldershot: Ashgate, 1999.

IPEA. **Relatório de políticas públicas no Nordeste**. Brasília, 2021.

LEITE, Héber Tiburtino. **Contemporaneidade e federalismo de cooperação mediante a formalização de consórcios públicos: análise da atuação internacional do Consórcio Nordeste em busca do desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Santos, 2021.

LEFEBVRE, Henri. **El Materialismo Dialéctico**. 1999. Copyright www.elaleph.com. Todos los Derechos Reservados. Disponível em: <www.elaleph.com>.

MARTIN, A. R. **As fronteiras internas e a "questão regional" do Brasil**. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em:

<https://lergeo.fflch.usp.br/sites/lergeo.fflch.usp.br/files/u97/Tese%20Andr%C3%A9%20Martin.pdf> Acesso em: 15 ago. 2025.

MEARSHEIMER, J. J. **The Great Delusion: Liberal Dreams and International Realities**. New Haven: Yale University Press, 2018.

MEDEIROS, Fernando Conde. **Desafios da cooperação interestadual no federalismo brasileiro: o consórcio de desenvolvimento sustentável do Nordeste**. 2022. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Políticas Públicas e Governo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/32173> Acesso em: 09 jul. 2025.

MELO, M.; SILVA, T. **Paradiplomacia no Consórcio Nordeste**. Cadernos de Sociologia, v. 28, n. 3, p. 112–129, 2020.

MILANI, Carlos; RIBEIRO, Marcelo de C. **International relations and the paradiplomacy of Brazilian cities: crafting the concept of local international management**. BAR – Brazilian Administration Review, Curitiba, v. 8, n. 1, art. 2, p. 21-36, 2011.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Parceria com Banco do BRICS mira R\$ 2,7 bilhões para infraestrutura e logística**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/parceria-com-banco-do-brics-mira-r-2-7-bilhoes-para-infraestrutura-e-logistica> Acesso em: 15 ago. 2025.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório anual de cooperação internacional**. Brasília, 2015.

O'NEILL, Jim. **Building better global economic BRICs**. Global Economics Paper, n. 66. New York: Goldman Sachs, 2001.

NAGAHAMA, Renato Hiroshi Xavier. **A figura do consórcio público no ordenamento jurídico brasileiro: leitura da dinâmica entre o Consórcio Nordeste e investimentos chineses na infraestrutura nordestina**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, João Pessoa, PB, 2022.

NASCIMENTO, Dmitri Felix; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **As relações entre o Consórcio Nordeste e a China**. Artigo acadêmico, 2024.

NIGLAS, K. **The combined use of qualitative and quantitative methods in educational research**. Tallinn Pedagogical University, 2004. Dissertations on Social Sciences. Disponível em <https://www.digar.ee/arhiiv/en/download/193063> Acesso em: 20 jun. 2025.

NDB. **Relatório de atividades 2023**. Shanghai, 2023.

NYE, J. S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: PublicAffairs, 2017.

PREBISCH, Raúl. **Capitalismo periférico: crise e transformação**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1981.

PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas**. Santiago do Chile: CEPAL, 1949.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. BRICS: surgimento e evolução. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 21–47. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/1032-Brasil_os_BRICS_e_a_agenda_internacional_O.pdf Acesso em: 01 jul. 2025.

RIBEIRO FILHO, Carlos Alberto de Sousa. **Cooperação intergovernamental no federalismo brasileiro: o caso do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – CIDSNE (Consórcio Nordeste)**. 2023. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Teresina. Disponível em: <http://repositorio.ufpi.br:8080/handle/123456789/3381> Acesso em: 09 jul. 2025.

ROJAS ARAVENA, Francisco. **Paradiplomacia: los nuevos actores de la política internacional**. Revista Nueva Sociedad, n. 222, p. 14–24, 2009.

SANTOS, D. **Dependência tecnológica e riscos políticos**. Revista de Geopolítica, v. 4, n. 2, p. 90–108, 2022.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. Geographia: Revista da Pós-Graduação em Geografia, v. 1, n. 1, p. 7–13, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13360/8560/52708> Acesso em: 22 ago. 2025.

SANTOS, Rosinaldo Ribeiro dos; SOUZA, André Luis Rocha de. **O papel do Consórcio Nordeste para enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil: um estudo exploratório no contexto dos ODS**. Revista de Gestão e Secretariado, v. 15, n. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i2.3517> Acesso em: 25 ago. 2025.

SILVA, Jaqueline Victória Santana. **A cisão da conjuntura paradiplomática brasileira durante o governo Bolsonaro: o caso do Consórcio Nordeste (2019–2021)**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Relações Internacionais, São Cristóvão, 2022.

SILVA, Simone Affonso da. **A questão regional brasileira no âmbito das políticas públicas federais**. Versão corrigida. 2019. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Área de Concentração: Geografia Humana. Orientadora: Sandra Lencioni. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12122019-185117/publico/2019_SimoneAffonsoDaSilva_VCorr.pdf Acesso em: 15 jul. 2025.

SILVA, M. E. **Desafios do Consórcio Nordeste: governança e equidade**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2023.

SOUZA, C. **Federalismo e intermediação de interesses regionais nas políticas públicas brasileiras**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E REFORMA DO ESTADO: BRASIL E AMÉRICA LATINA NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO, 1998, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 1998. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228892154_Federalismo_e_intermediacao_de_interesses_regionais_nas_politicas_publicas_brasileiras Acesso em: 03 ago. 2025.

SOUZA, R. **Revisão integrativa na ciência política**. *Revista de Análise Política*, v. 17, n. 2, p. 99–118, 2018.

SPELLMANN, S. **BRICS plus 11: Nova ordem global?** com Ana Saggiaro, Centro de Estudos Globais e China PUC-Minas, YouTube, 29 ago. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EG1xh6rn9JM> Acesso em: 05 ago. 2025.

STUENKEL, Oliver. **The BRICS and the future of global order**. Lanham: Lexington Books, 2015. 228 p. ISBN: 978-0-7391-9321-1.

TORRACO, R. J. **Escrevendo revisões integrativas de literatura**. *Human Resource Development Review*, v. 4, n. 3, p. 356–367, 2005.

THORSTENSEN, Vera (Coord.). **Comércio e investimentos internacionais no referencial da geoeconomia**. [S.l.]: [s.n.], jan. 2025.

URSI, W. et al. **Revisões integrativas: métodos e contribuições para a pesquisa**. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 758–764, 2007.

WALTZ, K. N. **Theory of International Politics**. Long Grove: Waveland Press, 2018.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. **The integrative review: updated methodology**. *Journal of Advanced Nursing*, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005.